

Ata da 26ª Reunião da Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima, ocorrida em 16/11/2005, às 15h00, no Ministério da Ciência e Tecnologia, Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala de Reuniões dos Conselhos, 2º Andar

Participantes:

1. João Antônio F. Salomão – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
2. Laura Porto – Ministério de Minas e Energia
3. José Domingos Gonzalez Miguez – Secretário Executivo da Comissão
4. Ruy de Góes Barros - Ministério do Meio Ambiente
5. Leíza Martins Mackay Dubugras – Casa Civil
6. José Raphael Lopes Mendes de Azeredo – Ministério das Relações Exteriores
7. Lindemberg Lima Bezerra – Ministério da Fazenda
8. Guido Gelli – Ministério do Planejamento

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro iniciou os trabalhos da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima dando boas vindas a todos os representantes dos Ministérios.

1. Aprovação da Ata da 25ª reunião da Comissão Interministerial.

O Secretário Executivo destacou que foi feita a alteração requisitada pelo Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro na Ata da 24ª Reunião da Comissão Interministerial.

Informou também que a minuta de Ata da 25ª Reunião foi encaminhada aos membros da Comissão com antecedência e indagou se os membros da Comissão teriam alguma outra observação a fazer.

O Dr. João Antônio F. Salomão, representante do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento informou que não participou da 25ª Reunião e pediu que a informação fosse corrigida na minuta de Ata.

O Secretário Executivo anotou a observação e informou já estar providenciando a correção e que o representante do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento na 25ª Reunião da Comissão Interministerial foi o Sr. Alexandre Strapasson.

O representante do Ministério da Fazenda, Dr. Lindemberg de Lima Bezerra, acrescentou que informação apresentada durante a 25ª Reunião de que o Banco Mundial estaria realizando uma missão no Brasil, e que se trata de uma iniciativa do G8, não do G8 + 5, e que também inclui a África do Sul.

A Dr. Laura Porto, representante do Ministério de Minas e Energia esclareceu que a sub-rogação da CCC é dada pelo setor elétrico, e não pelo Governo Federal. Pediu que este ponto fosse corrigido na Ata.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro acatou as observações e sem mais apontamentos declarou aprovada a Ata da 25ª Reunião.

2. Projetos de MDL submetidos à Comissão Interministerial.

➤ Projetos aprovados com ressalva

O Secretário Executivo esclareceu que os projetos nesta categoria não necessitam ser, novamente, analisados pela Comissão. Assim, ao serem atendidas todas as ressalvas de cada projeto, a Secretaria Executiva já providencia a emissão da carta de aprovação.

Informou que os seguintes projetos não responderam ao ofício da Comissão Interministerial e, desta forma, deverão permanecer aprovados com ressalvas:

- Projeto de Cogeração com Bagaço Equipav
- Projeto São João de Gás de Aterro e Geração de Energia no Brasil

Informou também que os seguintes projetos responderam adequadamente aos ofícios da Comissão Interministerial e foram considerados aprovados:

- Projeto de Cogeração com Bagaço Colombo
- Projeto de Cogeração com Bagaço Moema
- Projeto BK Energia Itacoatiara (Precious Wood Energia)

O projeto de Cogeração com Bagaço Vale do Rosário permaneceu aprovado com a seguinte ressalva:

- Retificação das incorreções apresentadas no Project Design Document (versão em inglês) conforme a versão em português Documento de Concepção do Projeto (DCP-MDL). (“... *somente 572 MW de projetos de cogeração com biomassa foram licenciados e selecionados pelo PROINFA, ainda que o total esperado a ser contratado pela Eletrobrás fosse 1.100 MW na primeira chamada para expressão de interesse para projetos de cogeração com biomassa. Isso claramente mostra que o valor econômico proposto pelo PROINFA para a biomassa não é suficiente para fomentar tais projetos. A conclusão sobre o PROINFA é que é ainda incerto se o programa será capaz ou não, e até que ponto, de beneficiar a geração de energia renovável de pequenos empreendimentos.*”). Este apontamento já havia sido feito por meio do Ofício nº MDL 056/2005/SEPED/CGMGC, entretanto, a versão em inglês do documento não foi corrigida.

O Projeto Cosipar de Energia Renovável¹ foi considerado **aprovado com ressalvas** uma vez que o fator de emissão de 0,433 tCO₂/MWh não foi considerado conservador pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.

➤ Projetos em revisão

○ Projeto Cruz Alta

O Secretário Executivo pediu à Dra. Laura Porto que apresentasse sua argumentação acerca do projeto Cruz Alta, uma vez que este projeto passou pelo processo de votação eletrônica, porém o MME havia feito uma observação apontando desencontro de dados.

A Dra. Laura Porto informou que se trata de um desencontro de informações quanto ao valor mínimo estipulado pelo PPA e a quantidade de energia utilizada para o cálculo das Reduções Certificadas de Emissões.

Assim, decidiu-se pela aprovação condicionada ao atendimento da seguinte exigência:

- Correção no DCP/PDD (página 7) quanto ao valor anual mínimo de energia que a usina deve entregar para a CPFL, por meio de PPA assinado com o distribuidor local. A quantidade de energia informada na página 7 é superior àquela que foi considerada para o cálculo das estimativas de energia a ser vendida à CPFL e utilizadas para o cálculo das reduções estimadas de emissão, como mostrado na página 30 do DCP.

○ Projeto Cogeração com Bagaço Cerradinho (PCBC)

O Secretário Executivo informou que a Econergy Brasil Ltda respondeu ao Ofício nº MDL 051/2005/SEPED/CGMGC por meio de carta no dia 07 de novembro de 2005, entretanto avaliou que o projeto permanece com algumas falhas. Assim, sugeriu que ele devesse permanecer em revisão até que fossem atendidas as seguintes ressalvas:

- Esclarecimento em relação à informação contida na seção “II. Barreiras Políticas e Institucionais” do DCP de que a Usina Cerradinho Açúcar e Alcool S/A não participa do PROINFA e sofreu restrições econômicas para sua implementação, em especial a seguinte citação “Para a análise deste projeto de MDL, na época do início do projeto, não havia incentivo institucional como o PROINFA para ser considerado”. Explicar, também, o impacto desta informação sobre a análise de barreiras e adicionalidade do projeto.
- Apresentação de nova versão do DCP com datas corretas para o início da atividade do projeto (item C.1.1) e início do primeiro período de obtenção de

¹ Decisão revista pelo fato da margem combinada utilizada no projeto, 0,433 ser superior à margem considerada apropriada para esta região do país, 0,2783.

créditos (item C.2.1.1), coerentes e que coincidam na versão em inglês (PDD).

O Sr. Marco Túlio Scarpelli Cabral, representando o Ministério das Relações Exteriores, apontou que se deve tomar cuidado ao redigir este tipo de requerimento para não deixar transparecer a idéia de que se trata de um questionamento relacionado simplesmente a uma crítica ao governo, mas que, de fato, existem argumentos técnicos que o corroboram.

O Secretário Executivo exemplificou que existem casos de projetos aprovados pela AND Argentina sem a participação de empresas argentinas, cuja análise de risco aponta que o maior perigo do projeto seria o furto de equipamentos. Argumentou que críticas como esta são inadmissíveis em um documento que se destina a aprovação internacional de um projeto.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro destacou que projetos MDL devem se ater tão e somente aos aspectos estritos a que diz respeito, primando pela clareza e objetividade técnica, não cabendo argumentações de cunho político.

A representante do MME, Dra. Laura Porto, acrescentou que muitas destas informações são equivocadas. Exemplificou que em muitos projetos consta a informação de que o PROINFA é um fundo governamental, porém, tal dado está incorreto, pois o PROINFA é fomentado exclusivamente por dinheiro privado.

Assim, o Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro concluiu pela manutenção do *status* de Revisão para o projeto Cogeração com Bagaço Cerradinho (PCBC).

- o Projeto BT Geradora de Energia Elétrica S.A. Pequena Hidrelétrica Ferradura Erval Seco-RS, Brasil (BGEE).

O Secretário Executivo informou que todas as cinco exigências feitas no Ofício nº MDL 052/2005/SEPED/CGMGC foram satisfatoriamente atendidas e, assim, sugeriu a aprovação do projeto. Entretanto, esta decisão foi revista, e o Projeto BT Geradora² foi considerado **em revisão** uma vez que o fator de emissão de 0,5211 tCO₂/MWh não foi considerado conservador pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.

- o Projeto Pesqueiro Energia – Projeto de Pequena Central Hidrelétrica no Brasil.

O Secretário Executivo informou que todas as exigências feitas no Ofício nº MDL 058/2005/SEPED/CGMGC foram satisfatoriamente atendidas e, assim, sugeriu a aprovação do projeto.

² Decisão revista pelo fato da margem combinada utilizada no projeto, 0,5211 ser superior à margem considerada apropriada para esta região do país, 0,2783.

Entretanto, esta decisão foi revista, e o Projeto Pesqueiro³ foi considerado **em revisão**, uma vez que o fator de emissão de 0,5211 tCO₂/MWh não foi considerado conservador pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.

- Projeto de Biomassa Imbituva.

O Secretário Executivo informou que o Projeto Imbituva apresentou disparidade entre o valor da margem combinada apresentada na versão em português do Relatório de Validação e na versão em inglês. Destacou que, provavelmente, trata-se de algum tipo de erro de diagramação, e apontou que este tipo de ocorrência tem sido freqüente.

Complementou, informando que tecnicamente o documento em inglês é o que deve ser apresentado junto aos organismos internacionais. Assim, a maior parte da atenção dos desenvolvedores de projeto é dada a esta versão e permitindo que o documento em português seja feito de forma descuidada. Argumentou que a Comissão Interministerial não deve permitir que os documentos em português contenham informações equivocadas ou desatualizadas. Acreditou, entretanto, que o projeto poderia ser aprovado condicionado ao atendimento da seguinte ressalva:

- Revisão do fator de emissão da margem combinada.

Entretanto, esta decisão foi revista, e o Projeto Imbituva⁴ foi considerado **em revisão** uma vez que o fator de emissão de 0,5211 tCO₂/MWh não foi considerado conservador pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.

- Projeto de Biomassa de Inácio Martins

O Secretário Executivo informou que todas as exigências feitas no Ofício n° MDL 048/2005/SEPED/CGMGC foram satisfatoriamente atendidas e, assim, sugeriu a aprovação do projeto.

Entretanto, esta decisão foi revista, e o Projeto Inácio Martins⁵ foi considerado **em revisão** uma vez que o fator de emissão de 0,5211 tCO₂/MWh não foi considerado conservador pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.

- Projeto de Biomassa de Irani

O Secretário Executivo informou que o projeto Irani apresenta erros na formatação de sua documentação. Assim, sugeriu pela aprovação condicionada deste projeto.

³ Decisão revista pelo fato da margem combinada utilizada no projeto, 0,5211 ser superior à margem considerada apropriada para esta região do país, 0,2783.

⁴ Idem.

⁵ Idem.

Entretanto, esta decisão foi revista, e o Projeto Irani⁶ foi considerado **em revisão** uma vez que o fator de emissão de 0,5211 tCO₂/MWh não foi considerado conservador pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.

➤ Projetos submetidos para análise nesta reunião

O Secretário Executivo informou que, de fato, apenas quatro projeto foram submetidos para esta reunião. São eles:

- Pequena Central Hidrelétrica Furnas do Segredo
- Projeto de Redução de Emissões de Metano Lages
- Pequena Central Hidrelétrica Nova Sinceridade Brascan Energética Minas Gerais (Benjamim Baptista)
- Pequena Central Hidrelétrica Ivan Botelho II (Palestina)

Complementou que no intuito de agilizar os trabalhos da Comissão Interministerial, alguns projetos submetidos após a 25ª reunião foram também analisados. São eles:

- Projeto de Mitigação de GEE no Sistema de Manejo de Dejetos Animais BR05-B-01
- Projeto de Mitigação de GEE no Sistema de Manejo de Dejetos Animais BR05-B-02
- Projeto de Mitigação de GEE no Sistema de Manejo de Dejetos Animais BR05-B-03
- Projeto de Substituição de Óleo Combustível por Gás Natural Solvay Indupa no Brasil S.A.
- Projeto de Substituição de Óleo Combustível por Gás Natural nas Caldeiras de Piracicaba da Klabin
- Pequenas Centrais Hidrelétricas de Passo do Meio, Salto Natal, Pedrinho, Granada, Ponte e Salto Corgão.
- Projeto de Cogeração com Bagaço Coruripe
- Projeto de Cogeração com Bagaço Zillo Lorenzetti
- Projeto de Cogeração com Bagaço Santa Adélia
- Projeto de Cogeração com Bagaço Cerpa
- Projeto Bioenergia Cogeneradora (Usina Santo Antônio – USA)

⁶ Decisão revista pelo fato da margem combinada utilizada no projeto, 0,5211 ser superior à margem considerada apropriada para esta região do país, 0,2783.

○ Pequena Central Hidrelétrica Furnas do Segredo

O Secretário Executivo informou que, entre outros, este projeto apresenta alguns problemas no seu licenciamento ambiental e, assim, sugeriu que fosse posto em revisão até que fossem atendidas as seguintes exigências:

- Revisão do fator de emissão de 0,5211 tCO₂/MWh, uma vez que a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima considerou que este valor não foi calculado de forma conservadora.
- Apresentação da documentação exigida na licença ambiental nº 633/2005-DL.
- Revisão da tradução do Documento de Concepção de Projeto em português. O texto deve ser apresentado conforme a versão em inglês. O documento apresentado contém informações equivocadas e falhas na tradução que podem dificultar a leitura.
- Informações contraditórias ou equivocadas sobre o PROINFA e BNDES devem ser excluídas do texto.
- Esclarecimento sobre as divergências de informações entre o anexo III e o relatório de validação sobre qual será a real transferência de recursos das RCEs para o município de Jaguari.
- Apresentação de justificativa técnica para a escolha do critério de coletas mensais de 15 minutos para o monitoramento da geração de energia elétrica, e como está coleta será suficiente para garantir o registro de 100% dos dados do projeto.
- Retirada da informação contida no campo A4 do PDD de que uma PCH deve ter uma densidade de potência maior que 10W/m² para preencher as condições de MDL, pois não corresponde a critérios estabelecidos pela UNFCCC.
- Alteração da data para início do período de crédito do projeto, uma vez que a data de início da atividade de projeto é posterior ao período entre 01 de janeiro de 2000 e a data do registro da primeira atividade de projeto pelo Conselho Executivo do MDL (novembro de 2004). Este projeto não pode requerer RCEs referentes a períodos retroativos, ou seja, anteriores à data de seu registro pelo Conselho Executivo do MDL. Assim, deve-se alterar a data de início do período de créditos para uma data posterior ao seu registro pelo Conselho Executivo do MDL;
- Esclarecimento quanto à capacidade total instalada da PCH Furnas do Segredo. Enquanto no DCP é dito que a potência total é de 9,8 MW, na Licença de Operação, é informada potência total de 10 MW;
- Correção da expressão “cartas de aprovação” na Seção G do DCP: em vários momentos, onde se lê “cartas de aprovação”, o autor quer referir-se às cartas-convite para recebimento de comentários sobre o projeto.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro apontou que novamente são levantados neste projeto críticas contra programas de governo que não contribuem tecnicamente com o objetivo dos projetos MDL.

A Dra. Laura Porto destacou, novamente, que este projeto critica o PROINFA utilizando argumentos equivocados. Ressaltou que muitos proponentes de projetos não estão se atentando ao decreto de criação do PROINFA, uma vez que está explícito que a titularidade das RCEs é dos consumidores. Informou que este ponto não está sendo abordado nos pareceres do MME, tratando-se tão somente de uma menção ao decreto.

A Dra. Laura Porto informou que a questão da titularidade dos RCEs para os projetos aprovados pelo PROINFA é uma questão muito sensível e teme que hajam conflitos de interesses no futuro e que a Comissão Interministerial possa ser pressionada, uma vez que seu papel não está muito claro para a sociedade.

O Secretário Executivo esclareceu que a questão da titularidade dos RCEs não é um assunto abordado nem pela Comissão Interministerial e nem pelo Conselho Executivo. Trata-se de tema afeto exclusivamente aos participantes do projeto.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro sugeriu que fosse preparada uma divulgação esclarecendo que a participação no PROINFA não impede a participação no MDL, assim, menções ao programa não necessárias tampouco relevantes.

O Secretário Executivo informou que, de fato, menções ao programa em si não são problemáticas, pois trata-se de uma política do tipo “E-” que não impede a elegibilidade do projeto. Entretanto o que de fato não cabe são críticas ao programa em um documento de circulação internacional.

A Dra. Laura Porto destacou que a empresa responsável pela elaboração deste projeto também preparou vários outros projetos de PCHs no sistema Sul-Sudeste. Destacou que, em muitos casos, foram utilizados valores menores para a margem combinada.

A Dra. Branca Americano informou que existe uma discussão metodológica sobre o tratamento que se dá a projetos de pequena escala. Informou que os desenvolvedores de projeto estão utilizando para projetos de pequena escala uma alternativa metodológica, que no cenário brasileiro não é conservadora, e alegam que, por se tratar de um projeto de pequena escala, esta abordagem é permitida. Entretanto, esta informação está equivocada, pois o protocolo de Quioto prevê que se deve sempre buscar a via mais conservadora. Informou também que validadoras já analisaram e validaram projetos com fator de emissão muito mais baixo para o sistema Sul-Sudeste.

O Secretário Executivo acrescentou que, de fato, esta discussão existe, porém, tratam-se de projetos validados por Entidades Operacionais Designadas, com competência formal para este fim. Informou ainda que não compete à Comissão Interministerial avaliar questões metodológicas. Assim, entendeu que a ação mais correta seria o questionamento desta matéria no Conselho Executivo. Avaliou que, caso a Comissão decida questionar o processo com este argumento, a consequência política poderia ser muito severa.

A Dra. Laura Porto argumentou que após questionamentos da Comissão alguns proponentes de projetos recuaram e reduziram os índices de margem combinada de seus projetos.

O Secretário Executivo concordou e esclareceu que este procedimento foi adotado pela Comissão, entretanto a empresa responsável por alguns projetos insiste em manter a margem combinada inalterada. Assim, reafirmou sua colocação anterior. Caso a Comissão Interministerial insista e permaneça questionando estes projetos, poderá estar gerando um ônus político muito grande.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro avaliou que a Comissão deve manter a coerência e aprovar com ressalva projetos que apresentem este problema, como já vem sendo feito anteriormente.

O Secretário Executivo argumentou que na realidade a estratégia dos proponentes de projeto é uma espécie de “blefe” pois estão informando que irão reduzir muito mais RCEs do que na realidade ocorrerá, pois argumentam que estão deslocando uma quantidade muito maior de termelétricas do que existe na realidade.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro entendeu que o argumento de que existe um parecer favorável de uma validadora não obriga a Comissão Interministerial a ser conivente com esta questão. Entendeu que esta responsabilidade é sim desta Comissão, e que o mecanismo de Desenvolvimento Limpo deve ser limpo em todos os sentidos.

O Secretário Executivo destacou que caso seja mesmo esta a decisão da Comissão, alguns projetos aprovados e aprovados com ressalva nesta reunião deveriam ser revistos, pois apresentam também este problema.

O Dr. José Raphael Lopes Mendes de Azeredo, representante do Ministério da Relações Exteriores, perguntou se as validadoras não teriam todo o interesse em garantir que o processo fosse o mais transparente e correto, até por que poderia ser descredenciada pelo Conselho Executivo do MDL caso fossem constatadas irregularidades.

O Secretário Executivo informou que neste caso específico dificilmente haverá um interesse muito forte, pois se trata de um jogo ganha – ganha. Os países Anexo I ganham pois terão mais RCEs disponíveis para comprar, os proponentes de projetos nos países Não Anexo ganham pois terão mais RCEs para vender. Ponderou ainda que não existe um mecanismo imparcial e eficiente para verificar o trabalho feito pelas DOEs.

A Dra. Branca Americano destacou que a ONS está calculando um valor de linha de base oficial para o Brasil. Questiona se após divulgado este valor os projetos aprovados com valores mais elevados teriam que passar a utilizar o valor mais conservador.

O Secretário Executivo informou que trata-se de uma previsão futura, e os projetos utilizarão como previsão o valor validado e aprovado.

O Dr. José Raphael Lopes Mendes de Azeredo, informou que o Brasil é uma referência em termos de MDL, graças ao trabalho que vem sendo realizado. Assim, avaliou que a Comissão Interministerial tem uma grande responsabilidade. Destacou ainda que precedentes como este poderiam ensejar em repercussões negativas e existem muitos países que desejam rever ou acabar com o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

O Secretário Executivo destacou que caso a Comissão decida questionar a linha de base destes projetos, muito provavelmente, poderão haver perdas de prazos uma vez que dezembro de 2005 é o prazo limite para a submissão de projetos MDL que exijam RCEs retroativos e também projetos que utilizam a metodologia AM0015. Explicou que existem alguns prazos processuais que devem ser cumpridos, inclusive pontuou que a assinatura da Carta de Aprovação da Comissão pode ser demorada.

A Dra. Laura Porto informou que o seu posicionamento é pela revisão de todos os projetos que apresentem cálculo da margem combinada elevada.

A Comissão Interministerial decidiu utilizar como referência os projetos submetidos com cálculo de margem combinada igual a 0,2783. Assim, os que tiverem margem combinada superior a estes valor não serão considerados conservadores e, conseqüentemente, postos em revisão.

O Secretário Executivo informou que tem entrado em contato com a ONS, juntamente com o Ministério das Minas e Energias no intuito de divulgar um cálculo oficial da margem combinada brasileira. Entretanto destaca que se trata de assunto delicado pois envolve a divulgação de dados protegidos por contratos de confidencialidade assinado entre a ONS e os produtores de energia.

O Secretário Executivo destacou que propôs que fosse disponibilizado dados gerais de despacho hora a hora de maneira a preservar os nomes das empresas e garantir assim a confidencialidade. Entretanto, ainda assim, a ONS destacou que estes dados ainda não estavam totalmente consolidados e ainda seriam preliminares. Na sua avaliação a ONS não apresentará este dado antes de novembro de 2006.

A Dra. Branca Americano se propôs a preparar um texto que deverá compor os ofícios encaminhados aos proponentes de projetos. Segue uma cópia do texto:

“O fator de emissão de 0,5364 tCO₂/MWh para a margem combinada não está sendo considerado um valor conservador pela Comissão Interministerial de Mudança Global. O pedido da Comissão para a revisão do fator de emissão baseia-se nos seguintes argumentos:

A metodologia de pequena escala adotada (I.D – Geração de eletricidade a partir de fonte renovável para a rede) define no seu parágrafo 7 que o FE deve ser calculado de maneira transparente e conservadora e apresenta duas alternativas metodológicas para o cálculo do fator de emissão, a saber:

A - média entre a “margem de operação aproximada” e a “margem de construção”

ou

B - fator de emissão médio do mix da geração.

O método adotado foi o primeiro, apesar de ser um método que necessita uma maior quantidade de dados, e os proponentes do projeto terem reclamado da dificuldade para obtê-los. Esse método super avalia o conteúdo de carbono da energia gerada no subsistema Sul-Sudeste da rede interligada no Brasil. Isso se deve ao fato de que o FE da margem de operação (50% da margem combinada) é calculado somente com base na geração térmica a combustível fóssil. O procedimento de usar somente dados das usinas térmicas a combustíveis fósseis no cálculo da margem de operação está conforme a orientação dada na metodologia e é esse o argumento do proponente do projeto para adotá-lo. No entanto, essa abordagem simplificada que utiliza o método chamado Simple Operating Margin-SOM superavalia o conteúdo de carbono da rede, indo, portanto, contra o princípio fundamental do Protocolo de Quioto, que é de ser conservador.

Em face às dificuldades em obter dados para calcular a margem operativa com um método mais preciso, como a análise do despacho ou a Simple Adjusted Operating Margin-SAOM, que reflita a realidade da geração no Brasil, a abordagem mais conservadora seria adotar a opção B e calcular o FE médio do mix da geração. Para esse método os dados estão disponíveis no BEN, os valores são facilmente calculados e a média para os anos de 2002, 2003, e 2004 seria de 0,06 tCO₂/MWh, valor cerca de 10 vezes menor do que o valor adotado no projeto.

Outros projetos que igualmente substituem energia da rede interligada Sul-Sudeste tiveram acesso a dados mais detalhados do ONS e calcularam o FE da margem de operação pelo método SAOM. Esse método é considerado mais preciso que o método SOM, que é usado na abordagem para projetos de pequena escala, e os resultados obtidos com o SAOM foram de 0,249 t CO₂/ MWh para o FE da margem combinada, metade do valor adotado no projeto.

Tendo o acima exposto, consideramos que apesar de não haver um erro do ponto de vista metodológico, o FE de 0,5364 t CO₂/MWh não é adequado porque não é conservador. Ao mesmo tempo não seria coerente que projetos que ofertam energia para a mesma rede interligada tenham fatores de emissão tão diferentes, se a energia que eles estão deslocando tem exatamente o mesmo conteúdo de carbono. Em face às turbulências naturais de um nascente mercado de carbono

o Brasil tem se preocupado em conferir qualidade aos seus projetos. A Comissão avalia que uma abordagem mais conservadora além de contribuir para a integridade ambiental do Protocolo de Quioto contribui para a boa imagem e a qualidade dos projetos de MDL no Brasil.”

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro entendeu que o país tem que ser extremamente rigoroso com a qualidade do produto que está exportando, pois futuramente a repercussão negativa poderia ser muito severa. Destacou que um precedente como este poderia repercutir extremamente mal para o Brasil, e também para o Ministro da Ciência e Tecnologia, responsável pela assinatura da Carta de Aprovação. Assim, conclui que estes projetos não devem ser aprovados⁷.

O Projeto Central Hidroelétrica Furnas do Segredo foi considerado **em revisão** uma vez que o fator de emissão de 0,5364 tCO₂/MWh não foi considerado conservador pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.

- o Projeto de Redução de Emissões de Metano Lages

O Secretário Executivo argumentou que este projeto foi analisado e está totalmente em ordem, sugerindo sua aprovação.

Sem objeções dos demais membros da Comissão o Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro declarou-o **aprovado**.

- o Projeto Central Hidrelétrica Nova Sinceridade Brascan Energética Minas Gerais (Benjamim Baptista)

O Secretário Executivo informou que existe uma grande lista de exigências o que influi a questão do fator de emissão elevado, assim, sugeriu que este projeto fique em revisão até serem atendidas as seguintes exigências:

- Apresentar documentação exigida no art. 6º da DN COPAM 13/95, em atendimento às exigências da licença ambiental nº 655.
- Revisão da tradução do Documento de Concepção de Projeto em português. O texto deve ser apresentado conforme a versão em inglês. O documento apresentado contém informações equivocadas e falhas na tradução que podem dificultar a leitura.
- Informações contraditórias ou equivocadas sobre o PROINFA e BNDES devem ser excluídas do texto.

⁷ Decisão motivadora das alterações apontadas nas notas de rodapé 1 a 6.

- Exclusão da afirmação de que a Autoridade Nacional Designada do Brasil autorizou a implantação do projeto “Brascan Energética Minas Gerais” do corpo do texto do PDD/DCP.
- Apresentar justificativa técnica para a escolha do critério de coletas mensais de 15 minutos para o monitoramento da geração de energia elétrica, esclarecendo como está coleta será suficiente para garantir o registro de 100% dos dados do projeto.
- A Licença de Operação apresenta data de emissão posterior à data indicada pelo Projeto para o início do período de obtenção de crédito (início do período de crédito: 09/04/2001; data de emissão da Licença de Operação pela FEAM: 21/12/2001). O Relatório de Validação cita uma Carta 117/01 da SFG/ANEEL, que daria autorização à PCH para operar em condição emergencial, por seis meses, até a emissão da Licença de Operação. Ainda segundo o Relatório de Validação, foi emitida, em 09/08/2003, a Resolução 412. Nenhuma dessas informações, entretanto, encontra-se descrita no DCP.
- Quanto ao licenciamento ambiental, o empreendedor apresentou a Licença de Operação no 655. No Documento de Concepção do Projeto (DCP) consta apenas o município de Manhuaçu como localização do projeto, enquanto a referida Licença localiza a PCH nos municípios de Manhuaçu e Reduto. Portanto, há a necessidade de esclarecimento, por parte do proponente, sobre a localização do projeto.
- As informações contidas no texto de atendimento ao Anexo III da Resolução 01 da Comissão Interministerial são pouco específicos com relação ao projeto. Os textos são excessivamente genéricos e não auxiliam na avaliação concreta do projeto no que se refere à sua contribuição para o desenvolvimento sustentável. Portanto, há a necessidade de reapresentação do Anexo III;
- O termo “compensação ambiental” não está de acordo com a Lei no 9985/2000 e com o Decreto no 4340/02. Torna-se necessária a substituição do termo para que não haja imprecisão jurídica e conceitual.
- Revisão do fator de emissão da margem combinada.

Sem objeções dos demais membros da Comissão o Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro deliberou pela **revisão** do projeto Nova Sinceridade.

○ Projeto Pequena Central Hidroelétrica Ivan Botelho II (Palestina)

O Secretário Executivo ponderou, se assim como o Projeto Nova Sinceridade, este projeto, desenvolvido pelo mesmo grupo deveria ser posto em revisão até que sejam atendidas as seguintes exigências:

- Verificar a nomenclatura do projeto. Em carta foi informado que passará a se chamar Projeto Pequena Central Hidrelétrica Ivan Botelho II, entretanto, em toda a documentação consta o nome Pequena Central Hidrelétrica Palestina ou Projeto Brascan Energética Minas Gerais S.A. (BEMG). Toda a documentação apresentada deve ser revisada a fim de adequar o nome do projeto.
- Revisão da tradução do Documento de Concepção de Projeto em português. O texto deve ser apresentado conforme a versão em inglês. O documento apresentado contém informações equivocadas e falhas na tradução que podem dificultar a leitura.
- Informações contraditórias ou equivocadas sobre o PROINFA e BNDES devem ser excluídas do texto.
- Exclusão da afirmação de que a Autoridade Nacional Designada do Brasil autorizou a implantação da atividade de projeto do corpo do texto do PDD/DCP (seção A.3).
- Apresentar justificativa técnica para a escolha do critério de coletas mensais de 15 minutos para o monitoramento da geração de energia elétrica, e como está coleta será suficiente para garantir o registro de 100% dos dados do projeto.
- Confirmação, por meio de apresentação de cópias, do envio as cartas convites para comentários das partes locais envolvidas, conforme estabelecido pela Resolução nº 01 da Comissão: pelo descrito no DCP, estes convites ainda não foram feitos. Entretanto, segundo o Relatório de Validação, estes convites foram feitos, tendo o DCP ficado aberto ao público, pelo período de 30 dias, no site de Mudança do Clima da DNV;
- As informações contidas no texto de atendimento ao Anexo III da Resolução 01 da Comissão Interministerial são pouco específicas com relação ao projeto. Os textos são excessivamente genéricos e não auxiliam na avaliação concreta do projeto no que se refere à sua contribuição para o desenvolvimento sustentável. Portanto, há a necessidade de reapresentação do Anexo III;
- O termo “compensação ambiental” não está de acordo com a Lei no 9985/2000 e com o Decreto no 4340/02. Torna-se necessária a substituição do termo para que não haja imprecisão jurídica e conceitual.
- Revisão do fator de emissão da margem combinada.

Sem objeções dos demais membros da Comissão o Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro deliberou pela **revisão** do projeto Ivan Botelho II.

O Secretário Executivo Informou que os projetos a seguir foram submetidos em 24 de outubro de 2005, sendo assim, não seriam objeto de análise nesta reunião, entretanto, com o

intuito de agilizar os trabalhos da Comissão, a equipe técnica do MCT preparou pareceres sobre estes projetos.

Informou que os Projetos de Manejo de Dejetos de Animais BR05-B-01, B-02 e B-03 são na realidade projetos semelhantes, diferindo apenas pelo conjunto de fazendas que os compõe. Destaca que a tendência atual de projetos do setor energético tem sido agregar inúmeras atividades em um único projeto de grande escala.

O Projeto B-01 é composto de oito fazendas todas localizadas no estado de Minas Gerais, porem em municípios distintos. O problema destes projetos está no licenciamento ambiental. Das oito fazendas, apenas uma tem licença ambiental válida, algumas apresentaram documentações desatualizadas e ilegíveis, outras não possuem licença.

A Dra. Laura Porto questionou se seria viável que um único projeto abarque várias fazendas em diferentes municípios.

O Secretário Executivo informou que não há impedimento legal para a realização deste tipo de iniciativa. Informou que nos Acordos de Marraqueche não existem restrições quanto ao desenvolvimento de projetos sem fronteiras contínuas. Informou ainda, que o que existe é uma proibição para desmembrar projetos grandes em vários projetos de pequena escala.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro questionou se seria obrigatória a apresentação de licença ambiental para cada fazenda individualmente.

O Secretário Executivo destacou que cada uma das fazendas é obrigada a apresentar licença ambiental individual, ressaltando que é justamente este ponto que enseja o questionamento sobre estes projetos, pois nem todas estão com o seu licenciamento em dia.

O Secretário Raphael Azeredo, representante do MRE, questionou se o descumprimento da legislação ambiental de uma única fazenda desqualificaria todo o projeto.

O Secretário Executivo destacou que era justamente este ponto que ele gostaria de comentar. Na sua avaliação tratam-se em sua maioria de fazenda pequenas que reduzem pouca quantidade de RCEs. Assim, avaliou que os benefícios ambientais provenientes da aprovação destes projetos seriam substancialmente superiores aos eventuais danos gerados devido ao descumprimento da legislação ambiental. Informa que com a aprovação deste projeto, os fazendeiros iriam receber recursos financeiros que poderiam ser reinvestidos em melhorias na planta. Informou ainda que os proponentes dos projetos têm apontado dificuldades práticas na obtenção das licenças ambientais, pois os órgãos ambientais locais, muito provavelmente, desconhecem o tema “MDL” e certamente não compreendem a relevância do prazo de 31 de dezembro para projetos com créditos retroativos.

O Dr. Ruy de Góes informou que este ponto deve ser relativizado, uma vez que os projetos em questão estão sendo desenvolvido por uma empresa de grande porte, assim, não cabe a alegação de desconhecimento da regulamentação do MDL e conseqüentemente a importância do licenciamento ambiental. Desta forma, a decisão de não proceder com a

devida antecedência com o processo de licenciamento ambiental, é de sua inteira responsabilidade.

O Dr. Ruy de Góes destacou ainda, que existem casos de fazendas de suíno cultura, como as localizadas no vale do Rio Toledo, no estado de Santa Catarina, onde um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) foi assinado entre os fazendeiros, a prefeitura local e o Ministério Público com o objetivo de sanar problema ambientais locais e legalizar a situação das fazendas quanto a questão do licenciamento ambiental.

O Secretário Executivo concordou com a sugestão apresentada pelo representante do MMA, entretanto, destaca que no caso específico, a aprovação deste projetos viabilizaria recursos que poderiam ser utilizados na melhoria do tratamento dos resíduos, além de servirem como modelo e estimularem sua replicação em outras propriedades.

O Dr. Ruy de Góes acredita que a solução para estas fazendas seria um TAC, entretanto, reconhece que o prazo até o final deste ano é inviável. Destaca que o licenciamento ambiental não é um processo que pode ser resolvido assim as vésperas.

O Secretário Executivo ressalta que o prazo de 31 de dezembro é uma excepcionalidade e que a Comissão Interministerial deveria considerar uma solução para estes projetos e discutir a proposta do Dr. Ruy de Góes como regra geral para o ano de 2006. Sugeriu que estes projetos sejam aprovados com ressalva e seja dado um prazo, por exemplo até o dia 1 de dezembro, que certamente não será cumprido, e então a Comissão Interministerial poderia expedir uma Carta de Aprovação com condicionantes que os obriguem a providenciar a licença ambiental em um determinado prazo.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro sugeriu que o mais plausível seria propor a empresa que reapresente o projeto excluindo as fazendas com problemas no licenciamento ambiental. Assim, apenas as fazendas que não providenciaram o licenciamento seriam prejudicadas.

O Secretário Executivo entende que este tipo de decisão seria perversa pois beneficiaria as grandes fazendas em detrimento das menores, pois iria privá-las de recursos que poderiam ser aplicados na solução de eventuais problemas ambientais.

O Dr. Ruy de Góes argumentou que muitos dos projetos envolvem fazendas com mais de 24 mil animais, e que este porte já é de grandes empreendimentos. Assim, classifica como sendo de má fé a atitude destes fazendeiros que até hoje não providenciaram a regularização de seus empreendimentos. Avaliou ainda que no caso dos pequenos produtores não seria possível garantir que estes recursos iriam ser necessariamente utilizados na solução de problemas ambientais. Assim, avaliou que a aprovação destes projetos representaria um crédito que no MMA não está disposto a conceder.

O Secretário Executivo informou que com a implementação do projeto MDL reduziria em aproximadamente 70% da carga atual de poluentes lançados nas bacias hidrográficas locais. A não aprovação destes projetos MDL acarretariam na manutenção da situação atual e conseqüente o descumprimento com a legislação ambiental.

O Dr. Ruy de Góes acredita que o caminho para solucionar este problema certamente passa pela formulação de um TAC. Entretanto argumentou que como empresa não providenciou nenhuma solução neste sentido até a presente data, dificilmente irá providenciá-la até 31 de dezembro. Conclui que de fato não será possível aprovar um projeto que não esteja devidamente licenciado ou em cumprimento com a legislação ambiental.

O Dr. Guido Gelli argumentou que o principal objetivo do MDL é gerar incentivos econômicos para a sustentabilidade. Destacou que é notório que a atividade de suinocultura é extremamente poluidora. Assim, acredita que a Comissão Interministerial deva encontrar uma alternativa que não inviabilize os projetos, como a elaboração de uma Carta de Aprovação com condicionantes que os obriguem a providenciar a licença ambiental em um determinado prazo.

O Dr. Ruy de Góes informou que enquanto não houver uma providência concreta de que o projeto pretende se regularizar não haverá como concordar com sua aprovação. Destacou que no caso destes projetos ocorreu um claro erro de procedimento pois a empresa responsável deveria ter providenciado com bastante antecedência o licenciamento ambiental dos projetos. Argumentou ainda que é comum em casos como este os empreendedores pressionarem ou culparem o órgão ambiental. Informou que na maior parte dos casos os erros são cometidos pelos próprios empreendedores, e não decorrência de imperícia ou incompetência dos órgãos ambientais.

O Secretário Executivo argumentou que a aprovação da Comissão é colegiada, assim, o MMA não precisa se preocupar imaginando que a responsabilidade de qualquer decisão recairá especificamente sobre o seu ministério. Completou apontando que no caso específico destes projetos, o MDL seria utilizado como um instrumento para contribuir com a implementação da legislação ambiental, não o contrário. Assim, ao serem aprovados com condicionantes, a Comissão estaria adotando uma medida que, em última análise, beneficiaria o meio ambiente. Salienta que a utilização do MDL como uma medida punitiva é, sob seu ponto de vista, uma atitude contraditória.

O Dr. Ruy de Góes avaliou que não é possível abrir um precedente para um projeto que vai de encontro a legislação ambiental brasileira. Reitera que em sua opinião o empreendedor do projeto tinha conhecimento dos procedimentos de aprovação de projetos MDL e também da legislação ambiental em vigor no Brasil. Destaca que na sua opinião o projeto foi elaborado de forma descuidada por uma empresa que não se ateu às exigências ambientais e foi validado por uma empresa que não foi capaz de apontar as falhas no processo de licenciamento. Assim, avaliou que não é possível aprovar este projeto.

O Secretário Executivo destacou que os projetos em questão são bons projetos e não deveriam ser reprovados. Em sua opinião o que deveria ser feito seria forçá-los a cumprir com a legislação ambiental. Assim, avaliou que a Comissão deveria buscar criar incentivos que estimulem o cumprimento da legislação ambiental, e não dificuldades que os forcem a não cumprir com a legislação.

O Dr. Ruy de Góes concordou com o posicionamento do Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, entretanto destacou que não existem garantias de que após a aprovação o projeto efetivamente irá a cumprir com a legislação ambiental.

O Secretário Executivo contra-argumentou que caso a legislação ambiental não seja cumprida, tal qual acordado, o projeto poderá ser fechado e nenhum RCE seria gerado daquele momento em diante. Destaca que o erro, em sua opinião, seria punir o desenvolvedor do projeto no momento do registro, sem ao menos proporcionar uma chance de se redimir e adequarem-se à legislação ambiental.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro ponderou que o MDL exige que a legislação ambiental local seja cumprida, e que no caso brasileiro se reflete no correto licenciamento ambiental. Porém pede ao Secretário Executivo que explique novamente sua proposta.

O Secretário Executivo propõe que os projetos sejam aprovados com ressalva e que seja exigido o cumprimento da legislação ambiental, entretanto, em virtude da excepcionalidade dos RCEs retroativos e do prazo até 31 de dezembro de 2005 para submissão destes projetos, muito provavelmente não haverá tempo hábil para o cumprimento de todo o processo de licenciamento. Assim, sugeriu que seja firmado um termo de compromisso no qual os participantes do projeto se comprometem a cumprir com a legislação ambiental e em troca a Comissão Interministerial adiantaria a carta de aprovação para estes projetos.

O Dr. Ruy de Góes aponta que o procedimento envolve a participação do ministério público e dos órgãos ambientais locais. O MMA não tem autonomia para preparar um TAC com os empreendedores locais. Sugeriu que se espere até a próxima reunião para verificar quais ações serão tomadas pelos proponentes de projeto. Acrescenta que a Comissão deva ser rigorosa na apreciação deste tema pois não há justificativa possível para o descumprimento da legislação ambiental, pois o projeto envolve tanto uma grande empresa quanto uma validadora de grande porte que têm total competência para o desenvolvimento adequado de projetos MDL.

O Dr. Lindemberg de Lima Bezerra concordou que não há outra alternativa senão a exigência do cumprimento da legislação ambiental, mesmo que isto signifique a perda do prazo de 31 de dezembro de 2005, e consequentemente o direito aos créditos retroativos.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro perguntou aos demais membros da Comissão se estão de acordo com a proposta do Ministério da Fazenda.

O Dr. João Antônio F. Salomão, representante do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento concordou que o licenciamento ambiental é um instrumento importante e deve ser exigido. Ponderou também que o caso das pocilgas em Santa Catarina, que obtiveram o TAC, foi substancialmente distinto do caso das fazendas referidas neste projeto, assim, tem dúvida se seria possível a implementação do TAC para resolver esta questão específica. Informa ainda que os órgãos ambientais locais não tem estrutura para lidar com problemas como este, podendo demorar mais de seis meses para concluir o processo de licenciamento.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro avaliou que a única alternativa possível será sugerir aos desenvolvedores dos projetos que desagrupem as fazendas licenciadas das demais e então os re-submeta.

A Dra. Branca Americano perguntou qual seria o tratamento dado àqueles projetos que não possuem licença, porém, já deram entrada ao processo de licenciamento e apresentaram documentação comprobatória.

O Dr. Ruy de Góes esclareceu que a comissão nunca aprovou um projeto que não tivesse apresentado toda a documentação em ordem e no caso da necessidade de licença ambiental elas, todas, sempre foram exigidas. Assim, esclareceu que em sua opinião a simples apresentação de um documento comprovando que foi dada entrada no processo de licenciamento ambiental é insuficiente para garantir a aprovação de um projeto MDL.

A Dra. Leíza Martins Mackay Dubugras, representante da Casa Civil, indagou se, no caso específico dos projetos que já tenham dado início ao processo de licenciando, porém ainda não o tenham obtido a Licença de Operação poderiam requerer uma declaração de conformidade com a legislação ambiental.

O Dr. Ruy de Góes acredita que no caso específico formulado a cima, não haveriam motivos para questionar a legitimidade do projeto e o atendimento com a licença ambiental.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro argumentou que alguns órgão ambientais locais já se pronunciaram informalmente que não informarão ou apresentarão qualquer tipo de declaração, antes da conclusão do processo de licenciamento ambiental.

A Dra. Paula Benatti do MMA informou que muitas vezes o TAC pode ser assinado entre as partes envolvidas, ou seja, o empreendedor e o órgão ambiental local.

O Dr. Ruy de Góes destaca novamente que sua posição seria favorável ao cumprimento da lei e consequentemente do cumprimento da legislação ambiental.

A Dra. Branca Americano informou que além dos três projetos em análise nesta reunião existem outros seis que não puderam ser analisados, porém, aparentemente, são idênticos a estes já apresentados. Assim, questiona se seria possível enviar ofício para todos fazendo esta mesma recomendação a fim de permitir que as providências comecem a ser tomadas.

A Comissão Interministerial deliberou pela **aprovação com ressalva** dos nove projetos BR, sendo que para os projetos BR 04, 05, 06, 07 e 09 a comissão estendeu o prazo para análise até o dia 21 de novembro a fim de permitir que sejam adequadamente analisados.

- Projeto de Substituição de Óleo Combustível por Gás Natural Solvay Indupa do Brasil S.A.

O Secretário Executivo informou que este projeto poderia ser aprovado com a seguinte ressalva:

- Apresentar licença ambiental de operação para os dois fornos mais antigos, EDC P81/A e EDC P81/B.

Sem objeções a Comissão Interministerial votou pela **aprovação com ressalva** do projeto Solvay Indupa.

- Projeto de Substituição de Óleo Combustível por Gás Natural nas Caldeiras de Piracicaba da Klabin

O Secretário Executivo sugeriu que este projeto poderia ser aprovado com as seguintes ressalvas:

- Apresentar licença ambiental de operação para três caldeiras a mais, com troca de óleo combustível para gás natural.
- Completar o Anexo III esclarecendo quais são as contribuições do projeto: para o desenvolvimento das condições de trabalho e a geração líquida de empregos; para a distribuição de renda e para a capacitação e desenvolvimento tecnológico.

Sem objeções a Comissão Interministerial votou pela **aprovação com ressalva** do projeto Klabin.

- Pequenas Centrais Hidrelétricas de Passo do Meio, Salto Natal, Pedrinho, Granada, Ponte e Salto Corgão.

O Secretário Executivo sugeriu que este projeto poderia ser aprovado com as seguintes ressalvas:

- Apresentação das cartas referentes ao canal de comunicação, compromisso de distribuição das RCEs, conformidade trabalhista e conformidade ambiental da PCH Salto Natal, além de sua Licença de Operação;
- Renovação da Licença de Operação da PCH de Passo do Meio;
- Acerto da taxa interna média de retorno sem RCEs, de 18,7 ou 17,7%, na Tabela 7 do DCP;
- Esclarecimento sobre o controle da PCH de Salto Corgão.

Sem objeções a Comissão Interministerial votou pela **aprovação com ressalva** do projeto Pequenas Centrais Hidroelétricas.

- o Projeto de Cogeração com Bagaço Coruripe

O Secretário Executivo informou que este projeto atendeu a todos os requisitos da Resolução 01 da Comissão Interministerial e assim, sugeriu-se sua aprovação.

Sem objeções a Comissão Interministerial votou pela **aprovação** do projeto Coruripe.

O Secretário Executivo informou que devido ao grande volume de projetos seria interessante que mais alguns projetos fossem analisados e submetidos para votação eletrônica, são eles:

- Projeto de Cogeração com Bagaço Zillo Lorenzetti
- Projeto de Cogeração com Bagaço Santa Adélia
- Projeto de Cogeração com Bagaço Cerpa
- Projeto Bioenergia Cogeneradora (Usina Santo Antônio – USA)

Informou que como de praxe a Comissão teria 10 dias para deliberar sobre os projetos e enviar seus pareceres. Pediu aos membros da Comissão que concedam um prazo até o dia 21 de novembro para que o MCT consolide estes pareceres. Assim o prazo final para votação eletrônica seria no dia primeiro de dezembro.

3. Outros assuntos.

O Secretário Executivo questionou ao Dr. Ruy de Góes sobre qual atitude deve ser tomada diante do problema das condicionantes das licenças ambientais. Informa que existem casos específicos em que projetos possuem licenças ambientais válidas, porém exigem a apresentação de condicionantes. Informa que via de regra tal comprovação não é apresentada. Assim perguntou qual seria o limite de tolerância para a aceitação de licenças ambientais em projetos MDL especificamente no que tange ao cumprimento das condicionantes.

O Dr. Ruy de Góes informou que se trata de um requerimento legal e que caso um empreendimento esteja funcionando em desacordo com a lei deveria ser fechado. Perguntou ao Secretário Executivo qual seria a flexibilidade de retroatividade da autorização dada pela Comissão Interministerial há um projeto que tenha sido aprovado com condicionantes em termos de licenciamento ambiental.

O Secretário Executivo argumentou que, na prática, a aprovação pela Comissão de um projeto que venha a ser fechado em decorrência de problemas com o licenciamento ambiental seria nula, uma vez que o projeto não poderia obter RCEs.

O Dr. Ruy de Góes ponderou que se trata de um terreno um tanto quanto perigoso, pois se o espírito da Resolução 01 da Comissão Interministerial seria o de garantir o desenvolvimento sustentável, a aprovação de um projeto MDL sem o correto licenciamento ambiental seria um tanto quanto arriscado.

O Secretário Executivo apontou que sua preocupação seria com os projetos que possuem licença ambiental, porém não apresentaram as condicionantes. Complementa que sua preocupação refere-se especificamente ao prazo de 31 de dezembro para a obtenção de RCEs retroativos. Destaca que a não aprovação destes projetos poderia significar a redução de aportes significativos de recursos externos para o Brasil.

O Dr. Ruy de Góes informou estar sensível a este assunto e concordou quanto à adoção de algum tipo de regime de exceção até dezembro, entretanto, reafirmou que após este período, o tema deve ser tratado com todo o rigor.

O Secretário Executivo sugeriu que excepcionalmente, após 1º de dezembro, para os projetos aprovados com ressalva, seja emitida uma carta de aprovação com um termo de compromisso firmado juntamente com os proponentes do projeto exigindo que todas as condicionantes do projeto sejam cumpridas.

O Dr. Ruy de Góes concordou que deva haver um tratamento diferenciado até 31 de dezembro. Entretanto, destacou que não será possível tratar de forma igual empreendimentos que possuam licenças ambientais e estejam operando com condicionantes e aqueles que jamais se preocuparam em obter o licenciamento, como é o caso de algumas fazendas de suinocultura que fazem parte de projetos MDL submetidos à Comissão.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro apontou concordar com a opinião de que a Comissão Interministerial não deva aprovar projetos que não possuem o devido licenciamento ambiental, pois a questão da mudança do clima é um dentre muitos outros fatores que devem ser considerados para que se possa considerar um projeto positivo. Assim, entende que o licenciamento ambiental é um instrumento importante que garante a qualidade ambiental de um projeto.

O Secretário Executivo contra-argumentou que a não aprovação destes projetos implicará no contingenciamento de recursos externos que implicariam em investimentos na melhoria das condições ambientais locais.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro perguntou ao Dr. Ruy de Góes se o Ministério do Meio Ambiente não poderia, de uma forma diplomática, considerar a possibilidade de interagir com as autoridades ambientais locais, no sentido de sensibilizá-las quanto a importância da questão da mudança do clima e da necessidade da obtenção célere de licenças ambientais. Destaca que, como mencionado pelo Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, muitas vezes a burocracia poderia impedir que um projeto cujo objetivo seja promover a diminuição da degradação ambiental seja inviabilizado devido a formalidades administrativas.

O Dr. Ruy de Góes informou que o Ministério do Meio ambiente não tem governabilidade sobre as agências ambientais locais, não podendo pressionar para a aprovação diferenciada de uma determinada classe de projetos.

O Secretário Executivo perguntou se não seria viável a realização de seminários envolvendo os órgãos ambientais locais para capacitá-los e informá-los sobre a problemática dos projetos MDL.

O Dr. Ruy de Góes concordou que esta medida pode ser adotada, entretanto argumentou que não resolveria o problema de imediato, uma vez que a realização de um evento como este só seria viável para o ano de 2006. Argumentou que a curto prazo o que poderia ser feito seria um convite de reunião com as validadoras de projetos para explicá-las que as licenças ambientais são fundamentais, e que os proponentes de projetos devem ser alertados da importância do licenciamento para a obtenção da carta de aprovação da Comissão Interministerial.

O Secretário Executivo informou que entre os itens da pauta da reunião está a proposta de resolução nº 03 cujo objetivo, dentre outros, é esclarecer a importância da apresentação completa e correta para a submissão de um projeto MDL.

O Dr. Ruy de Góes questionou se após a aprovação de um projeto MDL restaria alguma competência à Comissão Interministerial para revoga-lo.

O Secretário Executivo esclareceu que esta é uma questão de Direito Administrativo, pois a aprovação pela Autoridade Nacional Designada (AND) é apenas um passo no processo de aprovação internacional. Assim, informou que uma vez aprovado internacionalmente, a Comissão Interministerial não tem mais competência para requerer o cancelamento deste projeto. Informa que seria possível a requisição de um pedido de revisão, porém, sem garantias de deferimento.

O Secretário Raphael Azeredo, representante do Ministério das Relações Exteriores, apontou que este tipo de intervenção pode ter repercussões danosas para a imagem da AND brasileira, uma vez que começam a surgir questionamentos da autoridade da AND.

O Dr. Guido Gelli ponderou que a obtenção de uma carta de um órgão ambiental local já seria uma prova de que ao menos este órgão tem conhecimento da existência do projeto e que, provavelmente, alguma providência será tomada.

A Dra. Branca Americano, representando o Ministério da Ciência e Tecnologia apontou que o argumento de que os órgãos ambientais locais não tem sequer conhecimento da existência destes projetos não procede, pois os acordos de Marraqueche, internalizados pela resolução nº 01 exige que durante a fase de elaboração de um projeto, cartas sejam enviadas a algumas autoridades locais, inclusive ao órgão ambiental local. Assim, o argumento de que estes órgãos sequer conhecem a existência destes projetos é equivocado.

O Dr. Ruy de Góes destacou que o simples envio de uma correspondência não garante a aquiescência do órgão ambiental local. Assim, caso projetos sem licença ambiental sejam

aprovados, o ministério público pode eventualmente responsabilizar não só o órgão ambiental, mas também a Comissão Interministerial pela aprovação indevida de um projeto MDL. Propõe-se também a fazer uma consulta formal à consultoria jurídica do Ministério do Meio Ambiente para tentar fundamentar melhor o posicionamento da Comissão Interministerial.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro reiterou a importância da articulação do MMA com as autoridades ambientais locais e pediu a este Ministério que se empenhe na organização de um seminário visando a capacitação destes agentes locais.

O Dr. Ruy de Góes concordou com o posicionamento do Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro e afirma que se empenhará na elaboração de algum tipo de evento. Destacou, entretanto, que o papel das autoridades ambientais locais é tão somente a emissão de licenças ambientais e que elas não atuam no processo de aprovação do MDL.

O Secretário Executivo indagou sobre um posicionamento a respeito de um critério de flexibilização a ser adotado até 31 dezembro de 2005.

O Dr. Ruy de Góes informou que excepcionalmente entraria em contato com os órgãos ambientais locais e pediria declarações sobre cada um destes projetos.

➤ Minuta da Resolução nº 3

O Dr. Haroldo de Oliveira Machado Filho, representando o Ministério da Ciência e Tecnologia apresentou a minuta da Resolução nº 3 da Comissão Interministerial a ser votada durante a 27ª Reunião da Comissão.

Informou de forma sintética o conteúdo da Minuta da Resolução nº 3. Apontou que o artigo 1º tem por objetivo internalizar o Anexo II da decisão 21 CP 08 que trata dos procedimentos simplificados para projetos de pequena escala; o artigo 2º tem por objetivo internalizar o Anexo A, apêndice 1 da decisão 21 CP 08 que é o Documento de Concepção de projeto para a categoria de projetos de pequena escala; o artigo 3º será a regulamentação do conceito de baixa renda que já foi objeto de discussão e deliberação pela Comissão Interministerial; o artigo 4º internalizará o termo de compromisso submetido pelos empreendedores de projetos MDL que inclusive já está divulgado na página por meio da cartilha de submissão de projetos, assim, o anexo III desta resolução apresenta a minuta deste termo de compromisso; o artigo 5º tratará dos documentos relativos à legislação ambiental e legislação trabalhista em vigor, informa que estas minutas também já se encontram disponíveis na cartilha de submissão de projetos; o artigo 6º reforçará o artigo 6º da Resolução nº 01 que trata dos prazos e requisitos para submissão dos projetos; os artigos 7º e 8º esclarecem os conceitos de revisão e aprovado com ressalvas para os projetos analisados pela Comissão e define o prazo de 60 dias para que os projetos cumpram as exigências da Comissão ou serão considerados não submetidos; o artigo 9º aponta a preocupação com a qualidade das versões em inglês e português dos documentos encaminhados à Comissão além de apontar que todos documentos submetidos à Comissão devem ser idênticos aos submetidos para registro junto ao Conselho Executivo; o artigo 10º

trata da licença ambiental esclarecendo que toda a documentação apresentada deve ser válida; o artigo 11º esclarece o que é a votação eletrônica, definindo-a como uma reunião extraordinária, uma vez que nenhum projeto pode ser aprovado fora de reunião. Assim, esclareceu tratar-se de uma resolução que tem por finalidade básica a internalização das práticas que já vêm sendo adotada pela Comissão Interministerial. Informa que estará a disposição para prestar qualquer esclarecimento adicional.

O Dr. Guido Gelli apontou que gostaria de esclarecer alguns pontos sobre o artigo 3º que trata da regulamentação de comunidades de baixa renda. Questiona se o índice proposto é a divisão da renda dos trabalhadores pelo número de pessoas na comunidade ou o número de empregados. Aponta que caso realmente seja a primeira idéia, surge um problema complexo, que é a definição de comunidade.

O Dr. Haroldo Machado ponderou que a opção do índice dividido pelo número de pessoas da comunidade e não pelo número de empregados visa evitar a utilização de uma renda que seja explicitamente inferior a um salário mínimo, o que seria inconstitucional.

O Dr. Guido Gelli apontou que não tem absolutamente nada contra o critério utilizado, “número de pessoas da comunidade”, apenas ressalta a dificuldade inerente à utilização do conceito de comunidade. Destaca que comunidade é um termo amplo e que não está definido, podendo assim, dificultar a implementação desta norma.

O Secretário Executivo questionou se não haveria implicações legais com a definição de um índice que seja inferior a um salário mínimo.

O Dr. Guido Gelli argumentou que em absoluto, pois este índice tem justamente o objetivo de selecionar pessoas com baixa renda para envolvê-los em um projeto que irá contribuir para o aumento de sua renda.

O Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro apontou que todos os projetos do Governo Federal que visam distribuir renda para comunidades carentes utilizam algum tipo de critério de renda inferior a um salário mínimo, assim, não enxerga qualquer tipo de objeção a utilização de um critério similar.

O Dr. Lindemberg de Lima Bezerra esclareceu que no caso dos projetos sociais do Governo Federal o conceito utilizado é o da “renda familiar”. Sugeriu que uma solução para o índice de baixa renda seria a utilização também aqui do conceito de renda per capita familiar inferior a meio salário mínimo.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro destacou que esta questão foi exaustivamente debatida pela Comissão Interministerial.

O Dr. Lindemberg de Lima Bezerra apontou que a decisão consensual da Comissão Interministerial foi pela utilização do conceito de comunidade o que poderia ser perfeitamente substituído pelo conceito de renda per capita familiar. Porém destacou que não poderia concordar com a proposta de divisão da renda média dos trabalhadores inferior a meio salário mínimo, pois avaliava que este valor seria demasiadamente restritivo.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro perguntou como ficaria a redação da proposta do Dr. Lindemberg de Lima Bezerra.

O Dr. Lindemberg de Lima Bezerra se propôs a escrever e enviar para a Comissão uma minuta com uma redação apropriada, porem destaca que o fundamental é a definição do mérito.

A Comissão Interministerial definiu como apropriado um critério que trate deste tema com o seguinte sentido:

“... renda mensal familiar per capita de até meio salário mínimo das pessoas envolvidas no projeto.”

O Dr. Ruy de Góes questionou como seria possível isolar os indivíduos que irão trabalhar no projeto.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro esclareceu que o projeto deverá definir as pessoas que estarão envolvidas na sua execução, e será de responsabilidade da validadora validar o critério de baixa renda definido pela Comissão Interministerial.

O Dr. Lindemberg de Lima Bezerra apontou que na realidade o desenvolvedor do projeto saberá que tem que obrigatoriamente empregar pessoas que têm este tipo de renda sob pena de descumprir o critério definido pela Comissão Interministerial.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro concordou com a idéia, mas esclareceu que esta decisão não está tomada pois será objeto de deliberação na 27º reunião da Comissão Interministerial.

O Secretário Executivo esclareceu que o objetivo desta resolução seria o de formalizar decisões tomadas no âmbito internacional e dar publicidade aos procedimentos que já vinham sendo adotados pela Comissão Interministerial, porem não eram do conhecimento das pessoas que submetem projetos. Pediu aos membros de Comissão que providenciem o mais rapidamente possível seus comentários, pois o tempo para os trabalhos da Secretaria Executiva será reduzido, uma vez que a 11º Conferência das Partes acontecerá antes da 27º reunião da Comissão.

Sem mais assuntos a tratar o Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro agradeceu a presença de todos os representantes dos Ministérios e declarou encerrada a reunião.